

# Com Brasil Saindo da recessão

PAULO GUEDES

Os dados do IBGE indicam a maior recessão da História do Brasil em tempos modernos. Uma visão extremamente benevolente diria que este foi o preço pago para livrar o País do caos total da hiperinflação aberta. Uma visão extremamente crítica dirá que o preço foi demasiado caro e os resultados decepcionantes, porque em regime de liberdade de preços estaríamos de volta à inflação mensal de dois dígitos. A inflação "verdadeira", sem preços artificialmente reprimidos, estaria ainda demasiadamente alta. E o que é pior, qualquer tentativa de reativar a atividade econômica que resulte em maior desequilíbrio fiscal e monetário produziria novamente a reaceleração inflacionária. A porta de saída da recessão nos conduziria de volta ao inferno da hiperinflação.

É evidente que uma hiperinflação aberta teria sido mais devastadora do que a queda de quase 7% do PIB. Mas também é evidente que os recentes pacotes são "produtos" fornecidos pelo Governo, que se revelam "muito caros" (estagnação econômica) e de "baixa qualidade" (inflação persistente). A ponto de nos colocarem o falso dilema de optar entre a quase-depressão e a quase hiperinflação.

Em minha opinião, é perfeitamente possível compatibilizar a erradicação definitiva do processo inflacionário com a reativação gradual da atividade econômica e a recuperação do nível de emprego. A possibilidade resulta de uma distinção tão simples quanto fundamental: o foco inflacionário está no setor público e o potencial de reativação é o setor privado. Um erro básico da Nova República e agora do Brasil Novo foi exatamente bater duro no setor privado, desde os congelamentos de preços ao seqüestro de ativos financeiros, e fazer corpo mole no essencial, que é a correção dos enormes desequilíbrios estruturais do setor público. A resistência da inflação e a perda da dinâmica de crescimento refletem o foco equivocado e o erro de dosagem destes pacotes de estabilização que se revelam inadequados.

A economia brasileira é como o Universo: há forças de contração e forças de expan-

são operando simultaneamente. O setor público expandiu suas atividades até a explosão financeira terminal, quando a ordem dirigista desabou em colapso como um buraco negro, tragando toda a matéria em seu redor. Os laboratórios do Governo, trabalhando como um grupo de físicos enlouquecidos, ampliaram o intervencionismo, maximizando a força gravitacional do núcleo do buraco negro. A inércia, não da inflação, mas da ação dos governos no ataque aos desequilíbrios estruturais do próprio setor público, permitiu ao buraco negro engolir, gradualmente, o universo econômico brasileiro, como se estivéssemos assistindo, em apenas alguns anos, a uma versão alucinante do "Big-Bang" simulada de hoje para o início. Milhares de empresas fecharam e milhões de trabalhadores foram demitidos no setor privado, em consequência da inércia em relação ao setor público. Mas há também forças de expansão neste universo. Empreendimentos privados continuam florescendo do Paraná ao interior de São Paulo, do triângulo mineiro ao cerrado, e até mesmo na distante Roraima, sob o impulso da mineração. A soja e a laranja avançaram sem qualquer IAA ou IBC. As grandes empresas do eixo Rio, São Paulo e Minas esperam o sopro de credibilidade para reativação dos investimentos. Há capitais de riscos externos e mais de US\$40 bilhões de recursos brasileiros no exterior, indispensáveis ao esforço de reconstrução econômica em um regime de economia de mercado. Há empresários e trabalhadores que tiveram competência em manter suas empresas e seus empregos em meio ao furacão econômico dos anos recentes. Há sinais inequívocos de amadurecimento da elite política na compreensão das questões econômicas, a partir de reflexões sobre erros internos no passado e avassaladora evidência internacional.

Temos, portanto, os ingredientes para estimular uma reativação econômica via setor privado simultânea à implementação dos ajustes no setor público. O fundamental é a reversão das expectativas quanto à inflação e ao potencial de crescimento futuro. Democracia, economia de mercado, moeda forte e ação social do Governo são os princípios básicos que trarão credibilidade e reverterão as expectativas adversas que se fortaleceram durante a desordem dirigista.